



BOLETIM NACIONAL

ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A Constituinte está aí. Seu Regimento Interno foi finalmente aprovado. A soberania da Constituinte (possibilidade de revogar o entulho autoritário: Lei de Greve, LSN, Lei de Imprensa etc.), antes uma porta cheia de cadeados e retrancas, no substitutivo aprovado passa a ser uma simulação, um risco de giz num muro. A imagem e semelhança do discurso neoliberal que encobre, disfarça e engana o conteúdo elitista da Nova República.

O Executivo (diga-se Sarney) faz do centro-direitista do PMDB, do PFL, do PDS e dos demais partidos menores de corte direitista os pilares da ponte que lhe permite a intervenção mais descarada no Congresso Constituinte. Alcançada essa intromissão por dentro do Congresso Constituinte, o Governo busca com as intervenções militares nas relações trabalhistas (Marinha nos portos, Exército nas refinarias) intimidar os trabalhadores, tentando evitar a pressão popular sobre o Congresso Constituinte.

O PT tem clareza de que a Constituinte só poderá avançar além dos limites que lhe impõe a classe dominante se sobre ela for exercitada forte pressão popular. A última reunião do Diretório Nacional debateu essa questão, apontou um programa de mobilização na certeza de que Constituinte sem povo não cria nada de novo.

Olívio Dutra



A MORATÓRIA QUE QUEREMOS

A moratória de Sarney é apenas uma jogada para arrancar uma negociação mais favorável dos banqueiros, de forma que o país continue a pagar a dívida. A moratória que queremos deve ser, ao contrário, o primeiro passo em

direção ao repúdio da dívida e um instrumento de modificação da política econômica.

“Da moratória de Sarney à moratória que queremos”
de Cláudio Cerri e Bernardo Kucinski, páginas 4 e 5



LAURENCE SAMPAYO

MULHER

última página

O golpe perfeito

Este Boletim já havia advertido: a incompetência do governo abria o caminho ao golpe. Não veio um golpe clássico, contra o governo. Veio o golpe mais perfeito, dado pelo próprio governo. Fuzileiros Navais nos portos, tanques nas refinarias, a proibição da peça Teledeum pela Censura Federal. Tudo isso é o golpe. O golpe diferente, que passa a fazer parte do cotidiano, como se fosse a coisa mais natural do mundo.

“O golpe como Cultura”,
de Flávio Aguiar, pág. 3

Plínio Arruda Sampaio

O POVO NA CONSTITUINTE

página 11

Paul Singer

A REVOLTA DA PEQUENA BURGUESIA

página 5



O mar não compensa

A história de um eletricitista, que, após vinte anos de mar, está cansado de tantos sacrifícios em troca de um salário de quatro mil cruzados

Severino era um dos marítimos que lotavam a delegacia do Sindicato dos Oficiais de Máquinas de Santos no 15.º dia da Greve Nacional. Procurava o comando de greve na cidade, assim como outras dezenas de marítimos que entravam e saíam das duas salas. Desde o início da paralisação, em 1.º de março, o local serviu de central de informações, de dormitório e naquele momento servia de sala de negociações. O comando estava negociando o fim da paralisação com uma pequena empresa, a Taquaral, em troca de 120% de aumento e garantia de não haver demissões. Um telefonema ao Rio, em busca da permissão do Comando Nacional de Greve, e a resposta afirmativa dos presentes, levou o comando a firmar mais um acordo. Menos um navio em greve.

Mas nem todos os presentes concordavam. A negociação em separado com cada empresa poderia enfraquecer a greve. O que aconteceria com os trabalhadores das empresas mais intransigentes? Severino Xavier de Castro,



Porto de Santos no 15.º dia da Greve dos Marítimos, 15 de março de 1977

61 anos, doze filhos e eletricitista do navio Lloyd Venezuela, também queria saber. No dia anterior, o capitão dos portos do Estado de São Paulo, Sérgio Werneck Machado, havia assinado sua carteira de trabalho: com a expressão "por justa causa". O comando de greve logo garantiu: quando ele voltasse para o Rio o sindicato cuidaria de retirá-la. E diziam mais, não havia por que se preocupar. Uma das cláusulas da

negociação era a garantia de emprego.

Sua empresa, a Lloyd Brasileiro, é uma das quatro estatais da Marinha Mercante Brasileira. As estatais se mostravam mais irredutíveis e ameaçadoras. Tanto que parte da tripulação do Lloyd Venezuela não aderiu à greve. O resto, a Marinha obrigou a desembarcar.

Para Severino, greve é um sa-

crifício. Ele acha um absurdo tanta negativa por um "aumento-zinho". "O pessoal precisa melhorar seu ganho de vida, o ordenado não está dando." Ele, com vinte anos de profissão, ganha quatro mil e poucos cruzados por mês. Por este salário já não compensa a vida ingrata no mar. "A gente sai para uma determinada viagem, mas não sabe se volta. São muitas as peripécias do mar, furacões, tempestades."

A família do marítimo também sofre. A mulher é marido, pai e mãe das crianças. Por isso, diz seu Severino, "elas são chamadas de viúvas com marido vivo". É a esposa do marítimo que faz todo serviço, tudo é ela quem ensina."

Seu Severino gostava do mar, e gosta ainda. Só que antigamente, "o marítimo ganhava um pouco mais que o pessoal de terra". A família ficava sem o afeto, sem assistência pessoal, mas tinha o privilégio de um certo conforto. Agora, "tudo está modificado, antes o pessoal vivia melhor. Não tem mais razão para continuar no mar. Motorista de ônibus está ganhando dez mil cruzados. Enquanto eu recebo quatro mil e pouco para resolver qualquer defeito elétrico do navio, seja na agulha telescópica, na telegrafia etc. Durante uma tempestade, ou na calmaria do porto."

Fátima Cristina Cardoso

AVISO AOS NAVEGANTES

Este Boletim (n.º 26) tem sua data atualizada (abril de 87) em função da venda (ainda em período experimental) nas bancas de jornal da Grande São Paulo.

Lembramos aos assinantes que isso não lhes acarreta nenhum prejuízo (independentemente da data do jornal, os assinantes anuais e bianuais receberão 12 e 24 boletins, respectivamente).

Os Diretórios e Núcleos que desejarem adquirir Boletins devem fazer já seu pedido (tratar com Edson Kawabata na sede nacional - Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo - SP - Fone 575-2299. Os Boletins estão sendo vendidos a Cz\$ 2,50 cada. Também dispomos de números anteriores, que podem ser adquiridos por Cz\$ 2,00 cada.

Pressões em Fortaleza

Com a popularidade em baixa lutando contra as pressões e boicotes do PMDB, nossa prefeita em Fortaleza também está enfrentando, agora, a possibilidade de intervenção do Estado na Prefeitura.

O pedido de impeachment foi feito por onze vereadores preocupados com sua grana, pois a Prefeitura estava com o duodécimo (verba que deve ser repassada para a Câmara) atrasado. Os vereadores,

que andam com "a moral baixa" (segundo recente pesquisa local, que aponta baixíssima credibilidade nesses representantes do povo), entregaram ao então governador Gonzaga Mota um documento pedindo a intervenção. O ex-governador, que, em final de mandato, também andava sem cartaz (frente à intervenção no Banco do Estado do Ceará), resolveu entregar o documento à Procuradoria Geral do Esta-

do, passando, assim, a peteca para seu sucessor.

Enquanto isso, Maria Luiza tem de pagar os funcionários do município com dinheiro de empréstimos - os salários estão sendo pagos em dia desde janeiro e os atrasados serão parcelados -, já que não está recebendo do Estado o dinheiro do ICM. Mas esse é outro "abacaxi" para o novo governador, Tasso Jereissati, "descascar".

M.L.

O golpe perfeito

O último golpe da Nova República: o Golpe Militar

Chegamos ao mais-perfeito: para dar o golpe as Forças Armadas não precisam mais derrubar o governo. Este mesmo pede, alicia, sustenta o golpe. A ocupação dos portos e das refinarias; a utilização da polícia militar estadual no caso de São Paulo; tanques nas ruas; a proibição da peça *Teledium* pela Censura Federal: tudo isso é um golpe. Nos tempos do Império, o imperador exercia o Poder Moderador, encarregado de reger a vida entre os demais poderes. Ao destituir o imperador, em 1889, as Forças Armadas impuseram-se como Forças Tutelares da então Nova República. Isso faz parte

da sua cultura de Forças Armadas, cultura cujos chefes tentam impor à cultura da Nação como um todo. Querem fazer com que intervenções como as que assistimos não sejam corpos estranhos à vida política corrente, institucionalizar os golpes, gravar um ato institucional número 5 não escrito no cerebelo de todos nós.

A presença das Forças Armadas como Forças Tutelares ou Poder Moderador coloca imediatamente todo o conjunto da nação à margem da lei. No curto prazo ela visa à desmoralização dos movimentos de trabalhadores e coloca a Constituinte sob virtual cerco militar. Contra a dis-

cussão dos direitos, a Tutela impõe uma política de fatos, de certos fatos: a política de mostrar-se capaz de gerar fatos que cubram a cultura da Nação. As balas e metralhadoras não se limitam a desfilar obscenamente nas ruas, nos portos e nas refinarias. Elas passaram a desfilar nos meios de comunicação de massa, nas nossas conversas, nos nossos escritos. Assim se avança uma cultura do golpe: ocupando espaços, fazendo as falas ocuparem-se dele, e não da construção das alternativas políticas à Tutela Permanente.

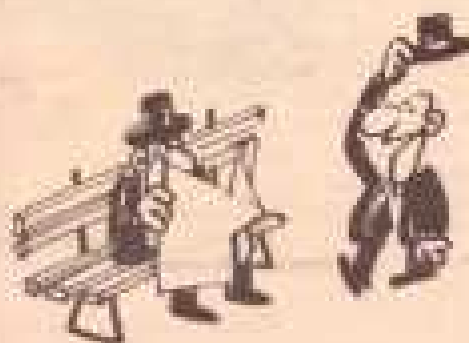
O Brasil vive uma situação política rica, onde os movimentos de trabalhadores podem avançar muito. A imprensa liberal formula um debate velado sobre quem, afinal, quebrou o País: se foi Fúrnaro e sua direita modernizante, se foi Delfim e seus milagres. Graças às contradições de manter uma legislação ditatorial e uma fachada democrática, o governo enredou-se numa política de "ousadias tímidas" no plano social e econômico. Combinou essa política com uma tentativa de colocar-se, em bloco, no papel daquele Poder Moderador-Tutelar, hoje desempenhado pelas Forças Armadas. O Plano Cruzado I foi uma ousadia tímida. Formulou, ainda que no horizonte distante, a primeira tentativa oficial em vinte anos de resolver a acumulação de capital sem a necessidade de recorrer ao arrocho brutal de sempre nos salários. Pronto: para o nosso empresariado, que ainda se vê privile-

giado, elite a fazer favores para a Nação e está acostumado a trabalhar com expectativas escorchantes de lucro líquido de 30 a 35% (dado esse obtido em pesquisa de botequim com empresários amigos), isso foi uma heresia imperdoável. Não houve confronto, o governo recuou vergonhosamente. Agora ele tenta sair pela ousadia não tão tímida da moratória. Ela assinala uma necessidade real: o País não pode pagar essa dívida absurda. Mas a dívida é um dado estrutural da Constituição do Estado brasileiro (pois, para este ser "soberano", precisou assumir as dívidas da Coroa portuguesa para com a Inglaterra, e assim ad nauseam). A dívida organiza a consciência das elites financeiras, pois é graças a essa negociata da "dívida" que se mantém a modernização do País como o privilégio de se conviver e administrar técnicas e artefatos de "origem cosmopolita". Diante desse quadro confuso de emendamentos e contradições, os movimentos de trabalhadores podem fazer avançar decisivamente sua presença política: pedir o não pagamento dessa dívida até a sua auditoria (o País não só não pode, o País não deve pagar essa dívida-assalto); propor uma política de alianças na Constituinte e fora dela, com forças que não querem se deixar cooptar nem pela tutela das Forças Armadas nem pelo esforço tutelar da Aliança Democrática, cuja expressão maior é o arquimperador Ulysses Guimarães.

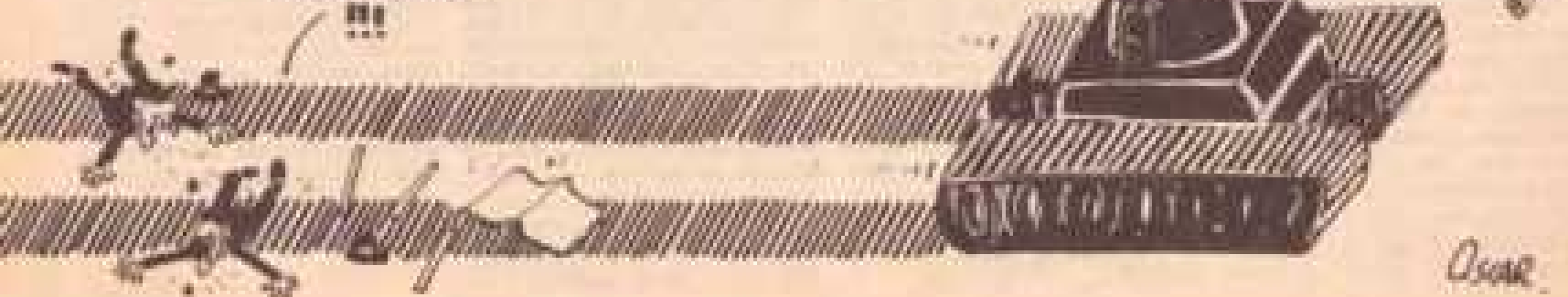
Flávio Aguiar

ALGUMA
NOVIDADE,
CUMPADRE

312



NÃO,
NENHUMA



Osaka

A moratória de Sarney...

O governo quer cortar os subsídios e aumentar o preço do pão. Mas dá dinheiro de graça aos banqueiros para resolver seus "problemas de liquidez".

1

Economistas oficiais e a cúpula do governo estão indignados com a fria receptividade popular à moratória. As pesquisas sigilosas encomendadas pelo Planalto mostram que a popularidade presidencial não interrompeu sua corrida ladeira abaixo, após o dia 20 de fevereiro. O motivo é óbvio: a moratória não veio acompanhada pelo anúncio de um programa econômico efetivamente popular. E o que é pior: pode-se transformar num bolo de recheio indigesto, se forem confirmadas as recentes medidas de "ajuste" ortodoxo que devem integrar o futuro pacote econômico do governo.

2

As idéias em gestação no Planalto incluem um sonho há muito acalentado pelos ideólogos conservadores do país: cortar drasticamente os subsídios existentes na economia e reajustar vigorosamente as tarifas e preços dos serviços públicos. Em resumo, a meta é diminuir fortemente o déficit do governo, isto é, o percentual de gastos do Estado que excede sua arrecadação. Se esse excesso não é corrigido, a saída para cobri-lo são os aumentos de impostos. Ou a expansão da dívida interna, a chamada dívida pública. No primeiro caso, a sociedade acaba pagando pelo benefício de alguns. No segundo, estimula-se a alta dos juros no mercado, já que o governo

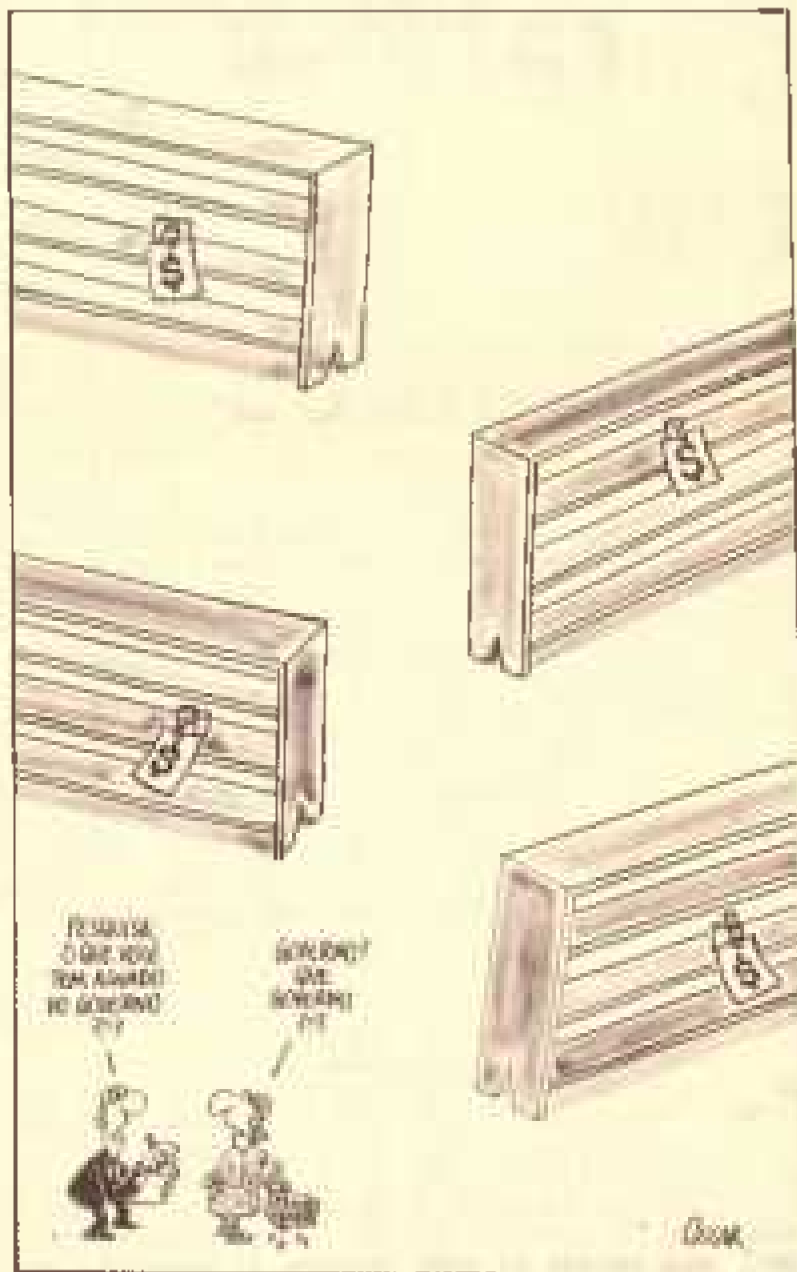
acirra a disputa pelo dinheiro disponível na economia.

3

Em princípio, portanto, a decisão de cortar subsídios não configuraria em si uma política antipopular. Porém, é preciso que se selecione e hierarquize o que vai ser cortado. O Brasil tem um volume escandaloso de subsídios concedidos a multinacionais e a indústrias exportadoras - boa parte deles criados sob os governos ditatoriais. O minério de ferro vendido ao Japão, por exemplo, custa US\$ 15 a tonelada para ser extraído. Mas é comprado por apenas US\$ 10 a tonelada, graças a contratos feitos sob o regime militar. O mesmo ocorre com o alumínio - que demanda subsídios bilionários em energia elétrica para ser fabricado. Ou com o aço, vendido à indústria automobilística a preços irrealistas para incentivar suas exportações.

4

Entretanto, há certos subsídios que, em lugar de serem eliminados, deveriam sofrer algum tipo de direcionamento. O trigo é um exemplo típico. O país gasta cerca de US\$ 3,5 bilhões em subsídios a esse produto a cada ano. É certo que beneficia com isso, indiscriminadamente, ricos e pobres, que consomem pães e massas a preços reduzidos. Mas em nome dessa distorção, Brasília quer decretar outra: cortar totalmente os subsídios, obrigando os pobres a pagarem tanto quanto os ricos por um grupo importante de alimentos essenciais. O pãozinho, por exemplo, teria de sofrer um reajuste de 270% para a eliminação do subsídio.



5

A injustiça dessa medida, que sempre foi cobrada como uma demonstração de "firmeza política" pelos conservadores, fica ainda mais evidente quando se examina alguns valores comparativos. O custo do subsídio ao trigo - Cz\$ 70 bilhões - é inferior, por exemplo, aos Cz\$ 80 bilhões que o Banco Central pretende "repassar" aos bancos privados este ano, para atenuar seus

"problemas de liquidez". Repassar, no caso, é o seguinte: o Banco Central capta esse dinheiro das cadernetas de poupança e o entrega aos banqueiros, cobrando juros de 18% ao ano, mais correção. Os bancos por sua vez emprestam a grana ao mercado cobrando o quanto quiserem (30%, 40% ao ano ou mais). Essa verdadeira doação ao setor que mais lucrava com o cruzado não é questionada pelos economistas oficiais. Os mesmos que depois não entendem o porquê do desânimo da população com a moratória...

Cláudio Cerri

...e a moratória que queremos

Qual a diferença entre a moratória do governo e a moratória que queremos? O governo suspendeu o pagamento dos juros para forçar os banqueiros a reduzir a taxa de juros e renegociar o principal da dívida por um prazo bem longo, de forma que o país possa pagar integralmente a dívida. A moratória que queremos é a suspensão permanente de todos os pagamentos até que sejam examinadas a legitimidade, a origem e o destino de cada um dos empréstimos. O governo reconhece a dívida contraída pelas ditaduras. Nós colocamos a dívida sob suspeição. Essa é a principal diferença entre a moratória que queremos e a moratória de Sarney. Mas há outras diferenças. Para Sarney, a moratória é uma tática, uma jogada de pôquer, uma cartada na mesa dos grandes negócios. Para nós a moratória deve ser parte integral de uma nova política econômica, que valorize o nosso trabalho e portanto o nosso salário, que permita a recuperação dos serviços públicos, da saúde, do transporte e da educação. Que permita não apenas a retomada dos investimentos, como quer Sarney, mas que modifique a própria natureza desses investi-

mentos. E que ponha fim aos privilégios do capital financeiro, através da estatização dos bancos. Nada disso está nos planos da moratória de Sarney.

Mas é um erro ficar indiferente à moratória da Nova República apenas porque ela é limitada. Se o governo ganhar essa parada com os bancos, sairá fortalecido, esvaziando toda a luta pela verdadeira moratória da dívida. E se sair derrotado, estará aberto o caminho para o retorno dos monetaristas que contraíram a dívida. Delfim dificilmente voltaria, mas em seu lugar viriam os Simonsen ou os Eliezer Batista, da mesma escola monetarista do atrocho salarial e dos enormes saldos comerciais às custas do consumo doméstico e do investimento. Ficar à margem da moratória, portanto é um erro. Devemos apoiar a suspensão dos pagamentos e exigir que ela se torne permanente, ao mesmo tempo em que se instale uma comissão nacional soberana de auditoria da dívida. Só assim, entrando ativamente na luta da moratória teremos condições de influir no seu desenlace.

Bernardo Kucinski



PALAVRA DE LIDER

Paul Singer O PT e a revolta da pequena burguesia

A pequena burguesia revoltada pode se aliar tanto com a classe operária como com os setores mais retrógrados do grande capital.

O futuro da democracia dependerá em boa medida de qual dessas alternativas irá prevalecer.

Em 14/3/87, a Folha de S. Paulo publicou ao pé da página A-19 do seu caderno de Economia a seguinte notícia: "Todo o comércio de Natal (RN) fechou suas portas ontem, em protesto contra a política econômica do governo, as taxas de juros e a falta de segurança para novos investimentos". No dia seguinte, em sua coluna na Folha, Joelmir Beting informou: "Para protestar contra a redução do crédito bancário e contra a elevação do custo do dinheiro, cerca de 52 mil pequenos empresários da indústria e do comércio do ABC, na Grande São Paulo, anunciam que vão suspender o pagamento de todos os impostos federais, estaduais e municipais, a partir de 2 de abril". A estas notícias pode-se juntar as manifestações em plano nacional dos agricultores, em grande medida também motivadas pela alta dos juros, para se traçar um panorama de revolta crescente de toda pequena burguesia, urbana e rural, contra a política de crédito do governo.

O governo Sarney se caracteriza pela contradição frontal entre o que diz e o que faz. Continua proclamando sua oposição aos juros altos, o que não impede o Banco Central de promover precisamente sua elevação. Em fevereiro, Fernão Bracher foi derrubado da presidência desta instituição sob o pretexto da sua política de juros altos contradizendo os propósitos do governo. Só que seu sucessor, Francisco Gros, em nada mudou a política de crédito, de modo que um mês após a queda de Bracher, a revolta da pequena burguesia está atingindo o ponto de fervera.

A política de contenção de crédito e juros consequentemente altos visa (envergonhadamente) contar a demanda tanto de consumo quanto

de investimento. E está conseguindo: mês a mês a economia está "estriando", as vendas diminuem, a produção vai declinando a partir do pico, provavelmente atingido em novembro último. E a tão festejada redistribuição da renda, operada involuntariamente pelo Plano Cruzado a favor da pequena burguesia, vai sendo anulada e no final revertida. As pequenas e médias empresas se beneficiaram pela sua capacidade de furar o congelamento de preços. Com seus preços crescendo muito acima de nível geral, para tomar empréstimos que embutiam para elas juros reais negativos. Agora o congelamento se foi, o nível geral da preços se eleva mais do que os preços das pequenas e médias empresas e, para renovar os mesmos empréstimos, elas são obrigadas a pagar juros reais positivos enormes. Só que elas não podem simplesmente devolver os ganhos extraordinários que obtiveram o ano passado porque estes já foram consumidos ou gastos em novos investimentos. De modo que o fracasso do Plano Cruzado e a política de contenção de crédito está levando grande parte da pequena burguesia à ruína.

A reação política da pequena burguesia pode atrair a uma aliança com a classe operária, numa campanha de mobilização popular liderada pelo PT. Mas pode também levá-la a se alinhar junto aos setores mais retrógrados do grande capital, hoje mobilizados pela UDR. O futuro da democracia dependerá em boa medida de qual destas alternativas vai prevalecer.

Paul Singer é economista e presidente do Conselho Curador da Fundação Wilson Pinheiro.



AGORA NAS BANCAS

Comissão de Ética no caso do Ceará

Uma Comissão de Ética nacional para a questão do Ceará: foi essa a decisão do Diretório Nacional em sua última reunião, realizada em São Paulo, no dia 14 de março.

Nessa ocasião, o DN tomou conhecimento do relatório da Comissão que havia sido designada, em reunião anterior, para dirigir-se a Fortaleza e ouvir as partes envolvidas no chamado "caso dos coronéis". O relato da Comissão, depois de historiar resumidamente os incidentes, suas causas e consequências, concluiu pedindo que se garantisse a todos os envolvidos o pleno e irrestrito direito de defesa, antes de qualquer outro pronunciamento definitivo sobre a culpabilidade dos acusados.

Após longos e detalhados debates - dos quais participaram, também, membros do DN que representam o Estado do Ceará - aprovou-se a seguinte resolução: a Comissão Executiva Nacional dará pleno encaminhamento estatutário e regimental à questão, constituindo Comissão Especial de Ética (artigos 65, item VII, e 68, § 1.º e 2.º, do Estatuto, e artigos 67 a 76 do Regimento Interno), assegurando, em especial, pleno direito de defesa escrita a todos os envolvidos, devendo dar por concluídos seus trabalhos até a próxima reunião do Diretório Nacional, e mantendo, enquanto isso, a Resolução aprovada na reunião anterior do DN no que se refere à suspensão da aplicação, por parte do Diretório Regional do Ceará, de penalidades aos acusados.

Os petistas nas ruas, contra Sarney e a Dívida

Três grandes reuniões plenárias de petistas, em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, com a presença de Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra, Plínio Sampaio, José Genoino e outros dirigentes e parlamentares nacionais, bem como lideranças regionais e locais - é esse o começo da Campanha de Mobilização Popular que o PT já está implantando em todo o país.

A campanha - em defesa dos interesses populares, em oposição ao Governo Sarney e de pressão sobre os setores conservadores da Constituinte e sobre o Executivo - tem o seguinte lema central: "Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente".

Sacudir o Partido

A campanha vai sacudir o Partido e botar os militantes na rua. Por isso, as grandes plenárias iniciais foram pensadas para a mobilização dos próprios petistas, e para "sacudir" internamente o Partido. O plano seguinte é levar a estrutura orgânica do Partido - núcleos de base, diretórios distritais e zonais, diretórios municipais e regionais - a entrar em cheio na campanha, de forma articulada, sob a coordenação da Comissão Executiva Nacional.

E os dirigentes nacionais já estão marcando em suas agendas datas e locais para viajar e participar ativamente das plenárias e dos outros eventos da campanha. Nessa primeira fase, o **Boletim Constituinte** - com noticiário da atuação da Bancada petista no Congresso Constituinte - vai ser um bom instrumento de mobilização e propagação, além de manifestos e cartazes.

Forças Populares

Não é idéia do PT fazer sozinho uma campanha desse porte. A busca de articulações com outras forças progressistas e de oposição - como CUT, movimento sindical, movimento popular, outros partidos, parlamentares, entidades representativas etc. - já começou e vai prosseguir e intensificar-se nas próximas semanas.

No momento em que esta edição do **Boletim Nacional** estiver

circulando, os responsáveis por todas as instâncias orgânicas do Partido já terão recebido cópias do plano detalhado da campanha, inclusive com uma plataforma mínima de itens políticos, econômicos e sociais que servirão de base para a mobilização de outras forças populares, além do PT.

Uma das formas, previstas no plano, para atuação conjunta de petistas e militantes de outras forças e para a mobilização da massa para a campanha é a criação e a disseminação dos comitês constituintes populares e dos conselhos municipais constituintes.

nadores e caravanas a Brasília para uma semana de acampamentos na Praça dos Três Poderes - diante do Congresso, do Palácio do Planalto e dos Ministérios.

Também se propõe a realização de um Primeiro de Maio unificado, bem como vários atos de preparação, apoio e participação na Greve Geral por mudanças políticas e econômicas.

A população será chamada a realizar o Boicote do Consumidor, a ser organizado de forma a fazer variar o produto ou o serviço que deve ser boicotado. Assim, quinzenalmente, durante 24 ou 48 horas, haverá sensível redução de compra de determinada mercadoria, como protesto contra a carestia e os baixos salários.

Todas essas decisões foram aprovadas na última reunião do Diretório Nacional, realizada no dia 14 de março, em São Paulo, após várias análises conjunturais feitas em reuniões anteriores, e com a contribuição de planos e idéias de vários Diretórios Regionais.

Projeto de Constituição

Na mesma ocasião, e de forma articulada com a Campanha de Mobilização Popular, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores marcou, para os dias 11 e 12 de abril, uma Reunião Extraordinária do DN, ampliada com a Bancada Federal e com três representantes de cada Diretório Regional.

Essa reunião destina-se a referendar, em definitivo, o Projeto de Constituição do PT, que passará a ser apresentado e defendido na Assembleia Nacional Constituinte. Para isso, cada Diretório Regional, nas reuniões de indicação de seus representantes, deverá discutir os pontos incompletos ou controversos do Projeto Fábio Comparato - que foi definido como projeto de referência.

As áreas onde ocorrem essas controvérsias foram definidas pela Comissão Constitucional do DN da seguinte maneira: princípios de política externa, direitos políticos, aborto, federalismo, regime de Governo, sistema eleitoral, áreas de propriedade, educação, saúde, e referendo popular.

DIREÇÃO NACIONAL

CALENDÁRIO

Já está marcada a data para a realização do V Encontro Nacional do PT. Será nos dias 4, 5 e 6 de dezembro, em São Paulo. Também foram definidas as datas de todas as reuniões da Comissão Executiva Nacional e do Diretório Nacional para este ano. Todas serão realizadas em São Paulo e com início às 9 horas. Veja o quadro:

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Dia 10 de abril
Dias 25 e 26 de abril
Dia 29 de maio
Dias 27 e 28 de junho
Dia 31 de julho
Dias 29 e 30 de agosto
Dia 18 de setembro
Dias 3 e 4 de outubro
Dia 30 de outubro
Dia 3 de dezembro

DIRETÓRIO NACIONAL

Dias 11 e 12 de abril (reunião extraordinária para a aprovação do Projeto de Constituição)
Dias 30 e 31 de maio
Dias 1 e 2 de agosto
Dias 18 e 20 de setembro
Dias 31 de outubro e 1.º de novembro

Organismos de frente, esses comitês e campanhas deverão transformar-se num dos principais instrumentos de luta da população contra o Governo Sarney e contra a dívida externa, em defesa de mudanças urgentes no plano econômico-social e institucional.

Jornadas de Luta

Estão previstas várias Jornadas de Luta, desde atos públicos, comícios e passeatas até concentrações para pressionar os gover-



PT caderno das tendências

O que é o PT? Um partido ou uma frente de partidos?

Com os artigos de Adeli Sell, Tarso Genro e Selvino Heck, o Boletim Nacional completa a publicação do material produzido no Rio Grande do Sul sobre a presença de tendências no Partido dos Trabalhadores.



Adeli Sell:

"...não há como aceitar a existência de partidos dentro do Partido"



Selvino Heck:

"...de um lado, o avanço limitado das definições do PT, de outro, as esquerdas organizadas com um grau de definição quase completo"



Tarso Genro:

"Todo partido tem uma vanguarda, composta por pessoas, grupos, estruturas, mesmo informais, que estão mais à frente na elaboração teórica e na ação política"

Vamos colocar as cartas na mesa

Adeli Sell

O crescimento orgânico e eleitoral do PT, cuja a implantação se dá de norte a sul do país, vem colocando velhos problemas e novos desafios para o próprio Partido e para o movimento dos trabalhadores em geral.

Como partido de massas em construção, o PT traz no seu interior distintas visões de luta pela democracia e pelo socialismo. Estas visões propiciam e continuam a ensejar a reunião de militantes em agrupamentos, tendências, correntes ou articulações várias mais ou menos estáveis ou circunstanciais, dependendo das questões que estão em pauta na vida do Partido.

Num certo sentido, não poderia ser de outra forma num partido amplo que, tendo como base a independência política, a independência dos explorados e oprimidos diante da burguesia de seu Estado, procura resgatar a autêntica democracia, a livre discussão dos problemas políticos e organizativos, sejam eles nacionais ou internacionais.

Sabemos que estas discussões foram muitas e muitas vezes asfixiadas em nome de "partidos revolucionários", "estados socialistas": pior, tudo em classe operária.

O nascimento do PT já é uma negativa em aceitar essas manipulações feitas no passado. O desenvolvimento do PT e sua política até hoje nos autorizam a dizer que continua a negar a política de submissão da classe operária diante da burguesia, como os PCs fizeram e continuam a fazer até hoje.

Nossa militância anterior ao PT no movimento dos trabalhadores, como nossa integração ao PT e até a nossa participação em corrente ou articulação não nos faz afirmar que defendemos um modelo de partido estruturado permanentemente assim.

No entanto, a situação tal e qual o PT se encontra hoje só será superada com uma ampla e profunda discussão política, imune de sectarismos e

fórmulas acabadas. Nenhuma medida administrativa (como acreditam tanto alguns defensores como adversários de tendências) resolverá esses problemas.

O partido não é uma frente

Acreditamos que a diversidade de visões, desde que estas aceitem o quadro coletivamente estabelecido pelo Partido - que não é uma frente -, não tira a eficácia da ação unificada do PT, num certo sentido, ficou demonstrado pela trajetória petista desde a sua fundação.

No entanto, a força impressionante e a vida palpante do PT são, muitas vezes, golpeadas pela ação de alguns dirigentes, de alguns parlamentares e de alguns agrupamentos. Esses fazem, objetivamente, o jogo nefasto daqueles que procuram, permanentemente, liquidar nosso Partido.

"... não há como aceitar a existência de partidos dentro do Partido".

O PT e as tendências

Selvino Heck

É bom lembrar alguns desses procedimentos. Ninguém esqueceu os prejuízos causados pelas posições e pronunciamentos de um Airton Soares, de uma Bete Mendes e de um José Eudes. O quanto também foi penoso para nós as desventuras do assalto na Bahia, prato predileto da burguesia para atacar ainda mais o nosso Partido, buscando estigmatizá-lo.

É agora, durante a campanha eleitoral várias vezes foi desrespeitada a Carta Eleitoral. Isto também fere a democracia interna do partido. Candidatos simplesmente esqueciam de fazer campanha unitária, não lembrando o nome do candidato ao governo e nem que havia dois senadores. Outros não contribuíam com o Fundo Comum da campanha.

É os problemas políticos colocados nas eleições de Pernambuco e Bahia também se chocam com deliberações nacionais, democraticamente tomadas pelo partido.

Política de cartas na mesa

Outrossim, não há como aceitar a existência de partidos dentro do Partido. Partidos que sobrepõem sua disciplina à do PT; que concorrem com o PT junto ao movimento de massa; que disputam com ele a direção dos movimentos; que decidem às escondidas, às costas da base partidária, muitas vezes contra o PT.

Aprofundar a experiência de organização política independente da classe trabalhadora significa, antes de mais nada, dar livre curso à discussão democrática. As cartas, no PT, devem ser postas na mesa e não guardadas no bolso ou na manga.

A transparência das propostas, dos agrupamentos, deve existir para o partido no seu conjunto. Somente com a livre discussão, organizada com base no respeito mútuo, na lealdade, é que podemos avançar na superação dos preconceitos e da discussão desvendada. Clarificar as propostas, jogar luz sobre as forças em jogo, avançar coletivamente esses são os desafios mais prementes do Partido.

É determinante que cada companheiro discuta e formule propostas nas instâncias do Partido, que ele deve integrar e construir, como base de sustentação e organização do Partido. A decisão cabe à maioria e não a um comando paralelo qualquer, que competirá com as instâncias partidárias. (Mas é claro que o PT não é apenas a militância organizada. Há filiados e não filiados que votam no PT ou que colaboram com ele circunstancialmente.)

Portanto, não pode haver uma disciplina própria de uma corrente, pois a disciplina é a do PT, soberanamente definida pela discussão.

Com esses breves tópicos esperamos que a discussão inicie e prossiga, mas é necessário que nossos encontros formulem precisamente - sem prejuízo de maior elaboração e discussão - as maneiras de garantir a aplicação de suas decisões, o respeito de sua soberania, ou seja, o respeito de todos os militantes (ou correntes) à democracia interna.

Adeli Sell é membro da Executiva do Rio Grande do Sul

As correntes organizadas no PT são uma realidade desde a sua fundação. O novo, portanto, no debate atual não está na constatação de sua existência, mas sim na identificação dos novos desafios que o Partido vai enfrentar na alteração ou aprofundamento desta realidade.

Neste sentido, embora todas as divergências, os sectarismos de parte a parte, as correntes organizadas não foram tratadas pela maioria do Partido como corpo estranho, pelo simples fato de serem organizadas. A rejeição ou os problemas eventualmente surgidos com esta ou aquela corrente, enquanto tal, sempre estiveram vinculadas a uma reação de defesa (toda divergência política, corrente ou articulação, tem um limite: é o que precisa ser definido. Num partido, não se admite qualquer corrente ou qualquer divergência). Isto é natural, especialmente num partido político em crescimento como o nosso, que se vê diante do desafio de ter que dar um salto de qualidade.

O PT hoje sabe da necessidade de aprofundar a definição de seu projeto político e de dotar o organismo partidário de maior eficácia e eficiência em sua intervenção, seja do ponto de vista da unidade, seja do profissionalismo. É preciso dar consequência às decisões tomadas. Afinal, o PT cresceu muito, já é no mínimo um partido de porte médio nacional, e ao mesmo tempo a conjuntura exige definições políticas (que partido queremos, partido de massas x partido de quadros, o socialismo e como chegar a ele, entre outras) e respostas adequadas ao momento político, ao tipo de partido que é o PT e ao seu atual peso e importância política.

Da história do Partido passaram também a fazer parte as diversas articulações dos chamados independentes (113 em determinado período), com maior ou menor grau de unidade. É uma segunda constatação que permite, em linhas gerais, comparar parte substancial do Partido às correntes organizadas, ao menos enquanto iniciativa de discussão política anterior aos momentos de decisão nas instâncias partidárias. Mas, em se tratando de algumas correntes, a comparação termina aí, pois não se poderá dizer, ao escrever a história do Partido, que as articulações citadas disputaram com o Partido a intervenção no movimento de massas, ou enquanto forças esqueceram ser parte do PT, passando a representar sua articulação ou se contrapondo à direção partidária, o que, com algumas correntes organizadas, acontece constantemente e com outras eventualmente.

Constatar, porém, não é suficiente. É necessário investigar o que há de principal na origem da articulação dos chamados independentes e tirar as consequências que importam para a presente discussão.

A articulação dos chamados independentes constituiu-se em oposição (do ponto de vista de reação posterior) às correntes, na tentativa de resposta às necessidades de qualificação e discussão política nos organismos partidários. As correntes organizadas, muitas vezes, ditavam ou tentavam ditar o ritmo da discussão, privilegiando a sua discussão interna, de acordo com a sua definição política e não com a do PT, e roubando, por consequência, o debate do coletivo partidário. Se não houvesse correntes organizadas no Partido, tal situação não se colocaria, porque os debates seriam

feitos no conjunto do Partido e não ficariam fechados ou ditados por este ou aquele grupo ou corrente.

Não se tire, porém, conclusões apressadas. A não existência de correntes no PT de massas serve apenas como hipótese para afirmar a dificuldade de construção do coletivo partidário com fortes elementos do novo (e por isso desconhecido), como é o PT, confrontado com o pólo de atração das correntes organizadas, seguidamente com um grau de definição muito maior, mas nem por isso mais verdadeiro.

PT de Massas

O PT como é, e como o queremos e pensamos, um partido de massas, dificilmente deixará de ter correntes, com um grau maior ou menor de organização e unidade. Primeiro, porque é próprio de um partido de massas ter correntes internas. Segundo, porque o atual estágio do movimento de massas e da esquerda brasileira facilitam a dispersão.

Nos últimos vinte anos, os partidos da esquerda tradicional estão atravessando uma grande crise política e ideológica que tem como centro o questionamento de sua capacidade de influência sobre as massas. Consequência disso, criou-se um vácuo do ponto de vista da tradição histórica brasileira que pudesse funcionar como pólo de aglutinação da esquerda.

Outro elemento desse quadro é o estágio de reconstrução do movimento de massas depois de 64, por um lado, e, por outro, a construção de algo novo do ponto de vista da organização independente dos trabalhadores.

Em síntese, não há uma prática historicamente consolidada (entendida enquanto práxis) que sirva como critério de verdade e elemento maior de aglutinação e unidade. Por isso, divergências históricas do movimento internacional adquirem um peso maior e sobrepõem-se à criação de um projeto político adequado à realidade concreta.

O PT surge em meio a esse processo, muito mais como consequência do crescimento do movimento operário do que por elaboração de agrupamentos de esquerda capazes de responder adequadamente aos desafios postos pela realidade; estes, em momentos distintos, aderem ao PT.

Nesse sentido, o PT traz em si, enquanto elemento espontâneo, uma crítica profunda à incapacidade das esquerdas brasileiras de se vincularem às grandes massas. Por outro lado, a capacidade de ligação com as massas é justamente a grande força do PT e atração para as esquerdas organizadas ou não. Por isso, a identidade do partido, condicionada por seu curto tempo de existência, ficou limitada: a) a alguns princípios; b) à compreensão da ligação vanguarda-massa, ainda que pouco elaborada, mas nem por isso menos importante para a formulação do projeto político; e, c) à consolidação de elementos de um programa e táticas que o colocaram em franca oposição à esquerda reformista e ao projeto de transição burguesa e com divergências maiores ou menores com a esquerda organizada não-reformista.

"... o PT traz em si, enquanto elemento espontâneo, uma crítica profunda à incapacidade das esquerdas brasileiras de se vincularem às grandes massas"

Tendências no PT: balizar pela política

Tarso Genro

Caminhos da unidade

As correntes organizadas, ao se integrarem ao projeto do PT (ainda que com divergências ou restrições), trouxeram e mantêm um grau de definição sobre os caminhos da revolução brasileira, em geral muito maior que o próprio PT. O mérito disso está no reconhecimento da necessidade de formulação da teoria da revolução brasileira. Contudo, o simples fato de ir além não assegura que o caminho trilhado seja o adequado. Em muitos aspectos, este caminho tem sido a repetição, sob nova roupagem, das velhas fórmulas, testadas pela história como incorretas.

O que temos então: de um lado, o avanço limitado (pelas razões já expostas) das definições do PT como um todo; de outro, as esquerdas organizadas com um grau de definição quase completo. A confrontação destes dois processos levou muitas vezes o PT para a atomização, a formulação de diversos projetos, o sectarismo, a despolarização, o que tem reforçado o grau de indefinições de políticas e a falta de intervenção unitária enquanto partido. Neste sentido, é possível afirmar que as correntes organizadas dentro do PT funcionam como elemento desagregador. E, como uma outra face de uma mesma moeda, são também elemento de aglutinação e unidade, ao reconhecerem, de forma consciente ou não, e em graus diversos, o que há de novo no PT, na sua capacidade de ligação com as massas e de gerar, no processo, uma práxis, tornando nosso partido um pólo de aglutinação das esquerdas não-reformistas.

A consequência a tirar de tudo isso é a necessidade de armar o partido para enfrentar as definições que se fazem necessárias, reconhecendo nas correntes organizadas o que há de impulsor para estas definições e limitando o que nelas há de identidade própria em conflito com o partido. Por isso, a urgência e a importância desse debate que ora se inicia e a proposta de discussão das seguintes medidas, a serem incorporadas no regimento interno do PT:

- a) não se admite partido dentro do Partido;
- b) o espaço de intervenção das correntes é interno ao Partido;
- c) o relacionamento de qualquer organismo partidário com os integrantes das correntes será igual ao relacionamento adotado com qualquer um dos seus filiados;
- d) a intervenção partidária no movimento de massas de qualquer filiado do Partido é subordinado às instâncias do Partido;
- e) na intervenção nos organismos de massa, qualquer manifestação dos petistas será subordinada à direção partidária e reconhecimento desta como condutora das políticas do Partido e intervenção unitária;
- f) qualquer manifestação de filiados ao Partido em nome de correntes ou partidos que não se subordinem às normas partidárias sofrerão os processos previstos no regimento interno, desde a simples advertência até a expulsão.

Selvino Heck é deputado estadual pelo PT do Rio Grande do Sul.

Absolutamente artificial a diferenciação que tem sido feita, até agora, em alguns momentos mais sectarizados do debate, entre "partidos" e "correntes", no interior do PT.

Se a supressão formal desta diferença fizesse avançar alguma coisa, bastaria que eventuais partidos que optaram por não se legalizar (por julgarem que precisamente é necessário construir um partido legal de massas) mudassem de nome - passando a denominar-se corrente "x" ou organização "y" e a questão estaria solucionada. E estaria formalmente solucionada mesmo que estas correntes ou organizações tivessem vínculos internacionais, ou seja, fossem fração de uma macroorganização internacional.

Considero o vínculo internacional não só um direito, mas uma necessidade para a luta dos trabalhadores, embora pessoalmente creia não existir, hoje, uma organização internacional que preencha as condições para constituir-se como uma referência mundial para os trabalhadores.

O confronto corrente/partido é, em suma, absolutamente falso, porque a questão não é de forma, mas de conteúdo. O que importa é saber: qual a política levada pelos militantes filiados ao PT? qual a atitude que eles têm em relação ao mesmo? qual a sua posição em relação ao socialismo?

Em segundo lugar, por que o problema colocado de outra maneira leva à impossibilidade do debate? Se os partidos ou correntes não reconhecem a sua existência, ou, ainda, não se "legalizam" internamente, os seus militantes não se assumem como integrantes de uma estrutura, o que teoricamente faria parte do PT abrir uma verdadeira "caça aos clandestinos", terminando por receber ajuda do SNI, o que seria, no mínimo, constrangedor e, mais ainda, se ela fosse patrocinada por uma corrente que não se admitisse como existente, mas que também tem seus foros de discussão e de planejamento do trabalho político.

Por isso, uma questão política no interior de um partido político, que rejeite o inquisitório stalinista como forma de disputa, só pode ser resolvida pela política e não pela administração.

A oposição partido/corrente é inepta para resolver o debate, ainda porque o pressuposto teórico de uma estrutura organizativa, para denominar-se organização ou corrente, não oferece sequer indícios de garantia de qual vai ser seu comportamento perante o PT. Ao contrário, pode revelar um taticismo totalmente sem princípios, aparelhista e, este sim, "entrista", para imprimir pela burocracia e não pela discussão política honesta um determinado caminho para o conjunto do PT, usando a sua "simulação" para ganhar espaço no aparelho para combater concepções que lhe são contrárias. Não há fatalidade na representação política.

A sociologia burguesa divide os partidos (Maurice Duverger) entre aqueles que são de criação eleitoral e aqueles de criação externa.

Os primeiros seriam partidos oriundos das lutas parlamentares e os segundos originar-se-iam, principalmente, das lutas de resistência e dos movimentos de base, cuja origem não radica na luta institucional parlamentar. Para quem coloca, como objetivo, a mudança social de fundo, esta distinção é atual porque possibilita apontar um aspecto novo do PT: é que ele rompe com esta contradição e congrega, na

sua origem, o reconhecimento da necessidade da representação institucional dos trabalhadores e a soma das experiências sindicais e operárias, nas lutas econômicas, durante um longo período da ditadura militar. O processo que iniciou com as grandes lutas do ABC ainda se encontra em gestação e a própria relação do PT com o socialismo ainda não está definida. Basta ver a posição de Lula, por exemplo, defendendo a formulação de uma teoria socialista do "dia-a-dia", e Wefort, defendendo a compatibilidade do socialismo com a grande empresa privada.

No Manifesto Comunista, Marx refere-se ao Partido Comunista como um movimento dos operários e trabalhadores radicais e não como uma organização revolucionária, formalizada, com estruturas até o nível local. Os principais partidos operários modernos vêm na trilha do Manifesto, estabelecendo, com ele, compatibilidades, críticas, convergências, relacionamentos "oficiais" ou "profanos". O impulso das revoluções europeias do século XIX (1848, Comuna de Paris em 1871) e do começo deste século (a revolução alemã-Weimar 1919, mexicana, húngara e russa) bem como as lutas revolucionárias mais perto da metade do século (China, Grécia, Espanha) impulsionam maior democratização da sociedade burguesa e com ela a valorização dos partidos legais.

Entendo que são dois os impulsos básicos que determinam a legalização dos partidos de trabalhadores no mundo moderno: de uma parte, o impulso cooptador, da legislação burguesa, que necessita estabelecer regras de competição, pelas quais a burguesia é ordinariamente vitoriosa, ordenando, num mesmo ato, as relações políticas através de representantes minimamente legitimados; de outra parte, as classes dominadas se vêem constrangidas a legitimar o ritual, porque necessitam interferir nas decisões do governo, para melhorar as suas condições de vida através da luta legal, visando à repartição menos excludente do produto social, embora reconhecendo o jogo "democrático" como insuficiente para resolver as questões de fundo, inerentes ao domínio burguês sobre o "estado de direito".

Foram vários os caminhos percorridos pelos partidos operários e de trabalhadores ao longo da história do capitalismo. Todos eles surgiram como "novas" alternativas e realmente muitos deles o foram. No seu curso, porém, foram colocados em ordem unida pela legislação burguesa, pelos preconceitos por ela irradiados, pelo culto da legalidade e do espontaneísmo, pelo desprezo da teoria que permanecia, ordinariamente, sendo patrimônio da intelectualidade burguesa.

O Partido Trabalhista inglês (Labour Party), por exemplo, composto na sua base majoritariamente por trabalhadoras e operários, desde a sua organização formal em 1899, hoje é um partido ideologicamente e politicamente submetido aos interesses da burguesia inglesa. O PCB e o PC do B, para dar um exemplo que nos é próximo, independentemente do respeito que temos pela trajetória de ambos e pelas páginas de heroísmo que centenas de seus militantes inscreveram na nossa história, hoje se alinham com a transição conservadora, funcionando, no interior da frente burguesa, como um elemento precavamente crítico. Ambos, que disputam até a data de fundação (1922), são objetivamente comprometidos com a transição conservadora e alimentaram, nas massas, a adesão ao governo Sarney, promovendo a defesa das falsificações contidas no Plano Cruzado.

Dezenas de exemplos poderiam ser citados para demonstrar que, inclusive mesmo a origem operária

"Aqueles que negam a necessidade de que um partido de massas tenha uma vanguarda, ou mesmo várias vanguardas (...) ou querem o monopólio da vanguarda para si ou fazem o culto do espontaneísmo"

"pura" dos partidos, não garante, de antemão, que eles serão fiéis aos seus compromissos originários.

O exemplo mais lamentável é o patrocinado pelo PSOP, (Partido Socialista Obrero Español), fiador da política de "recuperação", implementada pela burguesia ibérica, cujo "militante" mais conhecido, Felipe Gonzales, já coordenou, na Europa, a "política Reagan", contra a Nicarágua democrática e funcionou como garoto-propaganda da Otan, que, como se sabe, é a organização militar da burguesia internacional, que põe em risco cotidianamente a paz mundial.

Mas, o que pode, então, tender a garantir o futuro de um partido de trabalhadores, além da sua composição social e do seu programa?

A sua ação política, a elevação teórica dos seus quadros e militantes e o procedimento pelo qual ele resolve os seus conflitos internos; porque o conflito constitui o próprio processo, não só de elaboração de uma linha política, mas também da geração de uma personalidade política; porque a resolução das batalhas ideológicas - cujas posições sempre representam concepções sobre os caminhos para o socialismo - levantam candentes problemas práticos e teóricos, que orientam e reelaboram permanentemente a prática política; porque o embate permanente de concepções é a única dialética que leva à aproximação e à superação das verdades.

A questão da vanguarda

Quero registrar que entendo que no Partido dos Trabalhadores há um potencial efetivamente transformador, um potencial revolucionário, à medida que ele atrai a simpatia e a militância de milhares de operários avançados e porque, pela sua prática política, tem apresentado uma postura objetivamente anticapitalista, em cada conjuntura. Mas, nem o seu futuro enquanto partido classista está resolvido, nem está indicada, ainda, no processo revolucionário brasileiro, qual forma orgânica que vai aglutinar e dar corpo à alternativa radical de massas, à alternativa transformadora, à alternativa operária e popular, para traçar um novo caminho político e econômico para o país.

Será esta forma orgânica uma frente, um partido, uma aliança de dois ou mais partidos? Não há uma teoria acabada da nossa revolução, por isso a questão permanece um desafio.

Não basta, evidentemente, ter um programa mais radical ou, menos ainda, declarar-se como "o partido" das transformações, como sempre fizeram os partidos comunistas tradicionais. Nem basta ter participado das lutas clandestinas de resistência às ditaduras (vide PCB, PC do B, PCI, PSOE etc.) Só o que resolve tal "destinação" é a política, as formas de luta, as formas de organização, a capacitação do conjunto da militância, bem como a possibilidade de que uma parte avançada desta credencie-se como um referencial teórico e de massas; portanto, de elevada formação política e nível teórico, tornando-se, via de consequência, uma vanguarda. Aliás, jamais ocorreu na história qualquer transformação verdadeira de fundo sem a existência de uma vanguarda.

Tendo em conta este quadro é necessário responder - posto que o processo de construção de um grande partido socialista de massas não chegou ao seu termo e nem existe uma teoria acabada para a revolução brasileira - se é lícito, ou não, militarem o PT, aqueles que

sustentam ser necessária a construção de uma vanguarda orgânica, não exposta à repressão, tome ou não tome, esta vanguarda, o nome de "partido"?

A primeira consideração a ser feita é a respeito do termo vanguarda, já que ele é ligado, pela palavra e até certo ponto pela tradição, ao "vanguardismo", forma de ação que pretende substituir as massas na luta política. Vanguarda, porém, na minha concepção, não é isso e sim significa simplesmente estar à frente, ou pelo menos lutar para "estar mais à frente de um conjunto determinado", sem distanciar-se desse conjunto, a ponto de tornar-se estranho a ele e sem substituí-lo na luta política.

Todo o partido tem uma vanguarda, seja ela orgânica, ou não, composta por grupos, pessoas, estruturas, mesmo informais, que estão "mais à frente", na elaboração teórica e na ação política. Mesmo os partidos burgueses têm sua vanguarda, pois a vanguarda (ou seja, grupo, pessoas, estruturas, que estejam "mais à frente", além do senso comum) é uma preliminar mínima para rejeitar o irracionalismo e para organizar a reprodução da ação política, para elaborar criticamente as experiências, para aprender com as massas, educando-as igualmente.

Aqueles que negam a necessidade de que um partido de massas tenha uma vanguarda, ou mesmo várias vanguardas, que no debate político elaborem a ação mais ampla do partido, que negam que um partido de massas tenha, portanto, pessoas, grupos, estruturas formais ou informais mais à frente, buscando ver mais longe e socializando esta visão, para o conjunto da militância, ou querem o monopólio da vanguarda para si, enquanto indivíduos, ou fazem o culto do espontaneísmo. E esta estrada, como já demonstrou a história, é o caminho mais curto para o oportunismo, para o culto do parlamento burguês, para defesa velada ou aberta do economicismo, com pretensões apenas formais de que os trabalhadores cheguem ao poder, mas, na verdade pretendendo, eles mesmos, chegar ao governo, o que, como também a história já demonstrou, é muito diferente. Leon Blum, Felipe Gonzales, Mitterrand e Mário Soares estão aí.

O caminho da política

Todo o partido é composto de pessoas que são admitidas nas suas estruturas, contraindo obrigações, deveres e tendo direitos. O que se requer é saber se estas pessoas estão dispostas - e demonstram isso na sua prática - a construir sinceramente o partido, no caso o PT; se elas objetivamente militam no PT; se elas elevam seu nome e acumulam politicamente para ele. Por isso, o balizamento deve ser, de um lado, a submissão dos indivíduos aos estatutos, de forma igual para todos e, de outro, a identificação política com a proposta do PT, no estágio em que ela se encontra, já que ela é uma proposta em construção, e não a identificação com o que pensam deva ser o PT, alguém ou alguma estrutura formal ou informal.

O fato de algumas pessoas defenderem a necessidade de construir, em conjunto com a construção do PT, uma vanguarda orgânica e de outros não defenderem-na, mas praticarem o seu trabalho de vanguarda, tal fato não incompatibiliza a militância no PT, porque vanguarda e partido de massas não são opostos, mas complementares.

Quero deixar bem claro, finalmente, que não atribuo a qualquer corrente, organização ou partido, no PT, a condição de vanguarda atual e mesmo a destina-

ção fatal de vanguarda exclusiva, nem nas tarefas de construção do PT, nem como vanguarda das massas exploradas e oprimidas.

Entendo que a verdadeira vanguarda não se resolve por declaração de intenções, mas pela sua demonstração prática e pela capacitação teórica dos seus quadros. O PT, além de ser um partido de massas, é, também, o espaço político privilegiado para proporcionar o surgimento de uma verdadeira vanguarda para as transformações sociais no Brasil, vanguarda esta que alguns entendem deva ser orgânica e que outros, pelo menos pelo seu empirismo, defendem-na como informal.

Por ser o espaço político privilegiado para o surgimento, quem sabe pela fusão, de uma verdadeira vanguarda, o PT não assume a condição de partido tático, mas integra a própria estratégia de construção de uma saída socialista para o Brasil, pois, se tático ele fosse, deveria ser substituído no próprio processo, enquanto a pretensão de quem luta pela existência de uma vanguarda orgânica é PRECISAMENTE VALORIZAR O PT, HISTORICAMENTE, PARA QUE O SEU CONJUNTO NÃO SE TORNE UMA INSTITUIÇÃO DA ORDEM.

Atualmente, a nossa luta central é pela unidade na luta contra a transição conservadora e na oposição ao governo burguês do sr. Sarney. O nosso desejo é que eventuais divergências, sobre essas questões das correntes, não prejudiquem esta postura fundamental para o futuro do nosso partido.

Tarso Genro foi candidato à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.



Com a publicação desses três artigos o Boletim Nacional completa a primeira parte do debate sobre tendências no Partido. Agora é sua vez: escreva seu artigo, sua carta, e envie para: "Seção de Cartas" - Boletim Nacional do Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo, Capital.

A participação popular na Constituinte

O esforço da bancada petista não foi perdido.

Muita gente não avalia bem a importância do Regimento Interno da Constituinte e por isso mesmo a imprensa burguesa, com a deliberada intenção de diminuir a importância da Assembleia Constituinte, apresentou o debate em torno desse problema como uma pura perda de tempo.

Na verdade, não foi assim. O debate do Regimento Interno diz respeito a três questões fundamentais: à soberania da Constituinte, à participação popular na Constituinte e ao caráter democrático do debate dos parlamentares na Assembleia.

Soberania

A questão da soberania colocou-se assim: a direita queria que a Assembleia se restringisse à formulação do futuro texto constitucional, sem interferir na Carta Constitucional outorgada pelos militares em 1969 e sem elaborar leis ordinárias. Desse modo, o "entulho autoritário" (salvaguardas, estado de sítio, decretos-leis, lei de segurança nacional, lei de greve, legislação sindical) ficaria em vigor durante o tempo em que os constituintes fizessem a Constituição e poderia ser acionado a qualquer momento, caso a Assembleia seguisse um rumo que não interessasse à burguesia.

Nossa bancada posicionou-se imediatamente no outro pólo desde o primeiro dia. Lula apresentou as dez Resoluções Prévias, aprovadas no Encontro do PT, que propõem a revogação do "entulho". A bancada fez ainda um substitutivo ao Regimento Interno, conferindo à Assembleia o poder irrestrito de tomar decisões. O PMDB apresentou proposta no mesmo sentido, porém, menos avançada. Apesar de a proposta peemedebista introduzir três "ferrolhos" na faculdade de a Constituinte tomar decisões sobre toda matéria que refutasse relevante para seu trabalho, o Planalto e o PFL vetaram-na. Disso resultou um embate parlamentar duro e o primeiro "racha" público na aliança PMDB-PFL. O risco da ruptura assustou os dois e a turma do "deixa-disso" encontrou uma fórmula inócua para adiar o confronto. O PT denunciou esse "acórdão" e votou contra. Mas o esforço da bancada



não foi perdido. O assunto vai ter desdobramentos.

A proposta do Regimento Interno apresentada pelo PT afiança a participação popular, através de quatro instrumentos.

Primeiro, a iniciativa popular de dispositivos constitucionais. Isto significa o seguinte: qualquer proposta de artigo constitucional assinada por 30 mil eleitores terá de ser considerada pela Constituinte. Irá para a Comissão respectiva (onde as pessoas indicadas no texto do abaixo-assinado terão de ser ouvidas) e para o Plenário. Essa proposta foi articulada pelo Plenário Pró-

Participação Popular na Constituinte e o PT a encampou integralmente. A fórmula final introduziu modificações menores no texto, a fim de facilitar a adesão do PMDB e, portanto, a aprovação da proposta. Como o PT estava mais interessado em ajudar a participação popular do que em fazer reconhecida a paternidade da proposta, aceitamos essas mudanças e conseguimos um avanço.

Segundo, o Plebiscito Temático. Isto funciona assim: logo que o texto da Constituição for aprovado, em primeira discussão, os constituintes terão o direito de indicar os artigos que, no seu modo de ver, deverão ser objeto de consulta popular. Cada constituinte terá direito a sugerir um artigo e a consulta será determinada mediante requerimento assinado por 55 constituintes. Desse modo, se a direita - como tem maioria - conseguir impor um artigo muito reacionário em relação, por exemplo, ao direito da propriedade, ao direito de greve etc., a bancada do PT, com o apoio de outras bancadas de esquerda e de deputados progressistas, jogará a decisão final para o povo. Aqui também não conseguimos tudo, mas, em virtude da pressão que fizemos, introduziu-se no Regimento o princípio de que haverá plebiscitos. Na ocasião voltaremos à carga. O trabalho no Parlamento é assim. Empurre, espere, empurre, espere.

Terceiro, o Referendum, ou seja, a bancada do PT propôs que, além dos plebiscitos temáticos, a Constituição em sua totalidade fosse submetida à aprovação da população. Caso não fosse aceita, dissolver-se-ia a Assembleia e convocar-se-iam eleições gerais. Não passou, mas entrará na discussão dos plebiscitos. Ou seja, também não morreu.

Finalmente, a condição básica da participação popular é a informação. A bancada do PT está propondo a obrigatoriedade de horário especial sobre a Constituinte nas rádios, televisões e nos jornais. Conseguimos: dez minutos diários em todas as TVs e uma hora na *Voz do Brasil*.

Direito das minorias e caráter democrático do debate

Nossa bancada apresentou ainda uma série de propostas que visava democratizar o debate e garantir efetiva participação aos constituintes que formam a minoria. Isso incluía: forma de composição da Mesa, poderes do presidente, organização das sessões, sistema de votação, direito de voz dos constituintes em todas as Comissões. A maioria cedeu em grande parte às nossas pressões e estabeleceu regras que ampliam nossa margem de manobra na Assembleia.

Plínio Arruda Sampaio

Formação Política

Já estão sendo ministrados os cursos de capacitação para lideranças populares.

Um dos aspectos mais importantes do trabalho de construção e crescimento do PT é a formação política. Mais ainda, ela é uma necessidade. Por isso, a Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP) vem realizando, desde o início de 1986, cursos de formação de monitores (ministrados a companheiros de 11 Estados), cursos de análise conjuntural, cursos sobre tática política, e sobre classes sociais.

Para 1987 a SNFP está com um intenso programa de trabalho. Já

realizou Plenárias Regionais para a discussão do trabalho de formação política — Plenária Nordeste, 14 e 15 de março em Aracaju; Plenária Sudeste, 28 e 29 de março em São Paulo — e realizará nos dias 11 e 12 de abril, em Brasília, a Plenária Norte/Centro-Oeste.

Já estão sendo ministrados os cursos de capacitação de lideranças sindicais, de capacitação de lideranças do movimento popular e cursos de formação de monitores. Eles têm uma semana de du-

ração e as datas de inscrição já foram divulgadas através de circulares enviadas aos Diretórios Regionais. Os interessados em participar dos cursos ou em articular Secretarias Regionais de Formação Política devem entrar em contato com Maria Prado ou Wladimir Pomar, na Sede Nacional do PT - fone (011) 575-2299 — para obterem mais informações.

Wladimir Pomar,
pela Secretaria Nacional
de Formação Política.



Na oposição a Sarney a importância do PT

**Mas o sistema partidário
não é apenas a soma dos partidos"**

O exame da conjuntura política dos últimos meses, que inclui as eleições de 1986, parece cada vez mais confirmar o que inicialmente não passava de uma hipótese: apesar de todos os pesares, fortalece-se o sistema partidário brasileiro.

A afirmação surpreende à primeira vista: praticamente todas as instituições sociais brasileiras contêm dentro de si uma contradição real - são simultaneamente fortes e frágeis.

O próprio Estado brasileiro é forte enquanto concentração de poderes nas mãos da classe dominante, mas fraco para atender às demandas da classe trabalhadora nos limites da estabilidade política, social e econômica; daí, em parte, os frequentes ciclos de crises institucionais, períodos de autoritarismo, intervalos de "aberturas".

Também o Parlamento brasileiro tem frequentemente representado um mecanismo de "inversão" da realidade social: as maiorias parlamentares exprimem os interesses das minorias dominantes, e, assim, o Parlamento tem sido forte, enquanto extensão do Poder Executivo ou caixa de ressonância da burguesia, e fraco como expressão da vontade popular.

Os partidos

Os partidos, no Brasil, têm tido sua sorte basicamente vinculada à do Parlamento. Frágeis, como as demais instituições, os partidos acrescentam a essa característica as de serem pouco definidos programaticamente, transitórios, erráticos na sua conduta. Isso acontece em parte porque, na maioria das vezes, os partidos políticos brasileiros têm representado setores diferenciados da classe dominante e não classes adversárias ou antagônicas. A existência de partidos de esquerda ou de reais compromissos com a classe trabalhadora é recente na

História brasileira, e repleta de períodos de ausência parlamentar e isolamento popular, por erros próprios ou por força da repressão.

Por essas razões, em grande parte, a luta de classes parece dar-se fora e ao largo do Parlamento. Na verdade, a luta de classes é o cotidiano do Parlamento burguês, só que sob forma e mecanismos indiretos e disfarçados, revestidos de tecnicidades e jurisdicções utilizados exatamente para fazer com que as questões essenciais passem despercebidas pelas classes oprimidas ou se resolvam sem a sua participação, já que os trabalhadores têm poucas chances de acesso ao Legislativo. Talvez isso também explique uma parcela dos preconceitos antiparlamentares de muitos militantes combativos da classe trabalhadora.

Sistema partidário

Mas o fato de que os partidos, tomados cada um por si, sejam frágeis, não significa que o sistema partidário também o seja nas mesmas preocupações. O sistema partidário não é apenas a soma dos partidos. É mais que isso: é o conjunto dos papéis que os partidos representam como intermediação entre setores da sociedade e o Estado; em outras palavras, uma faceta da luta de classes. Por mais insignificante que seja um partido - em termos de representação parlamentar, conteúdo programático ou transitoriedade histórica - ele sempre representa um setor da sociedade. O setor representado pode ser toda uma classe social, uma determinada fração de classe, uma realidade regional ou local, ou, ainda, um pequeno grupo de pressão, um lobby, um bando de aventureiros. Mas há sempre um grupo social cujos interesses se exprimem no partido.

E quando é que um sistema partidário se fortalece? Quando

setores cada vez mais amplos da sociedade passam a expressar suas vontades e seus interesses por meio de partidos (por referência, adesão, filiação, militância, votação etc.) e o poder Executivo se vê obrigado a governar através da mediação dos partidos, dentro ou fora do Parlamento.

O governo Sarney

O estilo do Governo Sarney e suas relações com a sociedade e com os partidos parecem fornecer bons indicadores para essa questão. A primeira fase do Governo Sarney (da morte de Tancredo até o lançamento do Plano Cruzado) não se diferencia em quase nada do estilo ditatorial dos últimos 21 anos: O "governo da Nação" se dá através do Palácio do Planalto (isto é, o presidente e seus ministros mais chegados) com a cooptação de figuras representativas do partido majoritário (no caso, líderes da aliança PFL-PMDB).

Na segunda fase (de 28 de fevereiro a novembro de 86), Sarney tenta governar ao estilo "bonapartista": por cima do Congresso, dos partidos (inclusive os próprios), de canais e de instituições: escorado num grupo tecnoburocrata, e utilizando a comparsaria dos grandes meios de comunicação, o presidente procura dirigir-se diretamente ao "povo" (não à sociedade organizada), fragmentando esse povo no indivíduo (o "fiscal do Sarney") isolado e completamente impotente diante da formidável estrutura capitalista.

O Cruzado II é certamente o último ato dessa segunda fase. As reações populares da segunda quinzena de novembro; o êxito reduzido mas significativo da greve de 12 de dezembro; o fracasso relativo do "pacto social"; os resultados eleitorais remanejando a posição relativa de cada partido; e a abertura do Congresso e da

Assembléia Nacional Constituinte - tudo isso parece indicar que o Poder Executivo tentará cada vez mais não governar tecnoburocraticamente nem bonapartista-mente, terá de governar partidariamente, no cotidiano, e, no limite, usando as Forças Armadas, como no caso dos marítimos e dos petroleiros.

Vários outros indícios parecem confirmar essa tendência. Setores do PMDB - o partido situacionista majoritário - reivindicam ser ouvidos com antecedência nas medidas governamentais; e certamente a parcela mais conservadora do PMDB o tem conseguido.

A tripla presidência de Ulysses - apesar do folclórico da situação - fortalece o PMDB no esquema real de Poder.

Os entendimentos com o PFL e com o PTB, e a busca de uma "maioria parlamentar" e, até, de uma liderança formal dessa maioria, apesar de configurar uma intromissão do Executivo no Legislativo, também significa uma concessão do Planalto ao Congresso.

A procura de outros interlocutores partidários - no Parlamento ou fora dele - mostra, igualmente, um novo estilo de governar a que Sarney e o Executivo estão sendo empurrados, não por escolha, mas por necessidade.

Tudo isso, é óbvio, favorece em primeiro lugar o próprio partido governista. Mas também fortalece, secundariamente, o sistema partidário como um todo.

E o PT não pode desconhecer essa tendência. Deve examiná-la e acompanhá-la com cuidado, para saber quando e como interferir, dentro e fora do Congresso, para obter conquistas democráticas e fazer avançar a luta dos trabalhadores, tornando cada vez mais claros não apenas sua oposição ao Governo Sarney, mas fundamentalmente seu papel de relevância e de liderança nas forças oposicionistas.



Denúncia

o cara ganhava 200 "paus" e o INPS ainda ficava com 17.

A Secretaria Sindical do PT/DF recebeu, no início de fevereiro/87, os contra-cheques de outubro/novembro-1986 de "Luis Soares Lira", auxiliar operacional de serviços diversos. IB da Secretaria de Obras da Prefeitura de Codó (MA). Na oportunidade, foi solicitada que através do PT dessemos divulgação pública aos mesmos, para mostrar o descumprimento e desrespeito que se tem com as "leis trabalhistas" e a exploração que se faz com os trabalhadores, sobretudo os dessa Prefeitura.

O salário de Cz\$ 201,00 correspondia na época a 4 (quatro) vezes menos o salário mínimo (Cz\$ 804,00), e esperava-se para janeiro/87 um aumento de 20%, elevando o "total de vantagens" para Cz\$ 241,20, quantia irrisória para um trabalhador.

Carlos Geraldo Megale:
Secretaria Sindical PT/DF

Luta sindical Philips: 8 mil dólares para a Globo e uma figa para os trabalhadores

Através de mobilizações, nosso Sindicato supra conquistou o Abono de Emergência para os 4.200 metalúrgicos das cinco empresas do Grupo Philips existentes em nossa base. Durante os anos de 1984 e 1985, as empresas Ibrape, Constanta I, II e III e Philips, todas do referido grupo, efetuaram o pagamento deste benefício aos trabalhadores.

Porém, de forma arbitrária, estas firmas decidiram não pagar o abono de 100 horas no ano de 1986.

Essa violação à conquista da classe trabalhadora somou-se às demais condições que o Grupo Philips tenta impor aos metalúrgicos, tais como redundante diferença salarial por funções, alto índice de insalubridade etc.

Em decorrência, as manifestações trabalhistas não tardaram, sobretudo com paralisações parciais.

Após estas manifestações, entramos em período de manifestações concomitantes nas empresas do grupo e unânimes nas reivindicações: 14.º salário, 20% de aumento real e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais (Campanha Salarial Unificada). Porém, os patrões do Grupo Philips, que gastaram US\$ 8.000.000 com propagandas na Rede Globo (para os jogos da Copa), foram suficientemente intransigentes preferindo um prejuízo incalculável com a paralisação do que o atendimento às reivindicações (pagar aos trabalhadores 14.º salário não seria nada diante do prejuízo).

O grupo não pagou o abono aos trabalhadores e se utilizou da Lei 4.330/64 (promulgada no governo da ditadura) - lei anti-greve e - e pediu o julgamento nos tribunais pela ilegalidade das greves.

Após a decretação da ilegalidade da greve (dia 3/12), o grupo demitiu sumariamente 64 trabalhadores, sendo 23 da Constanta, 19 da Ibrape e 17 da Philips, todos sob alegação de justa causa.

Diante desse quadro, nova série de manifestações foram realizadas, tentando abrir a negociação com as empresas para readmitir os demitidos.

Porém, os patrões do referido grupo se mantiveram irredutíveis no sentido de não atender às reivindicações.

Assim, desta forma, o Grupo Philips vem aplicando a exploração como meio de expandir suas atividades no mundo todo (17 empresas - 18 mil trabalhadores no Brasil), tentando enfraquecer os movimentos sindicais através de uma política arbitrária e intransigente. Vale lembrar também a característica monopolista, que abrange o grupo todo, que no ano de 1986 pudemos observar através de mais uma das aquisições como a compra da Philco.

Diante da luta travada frente ao crescente ritmo expansionista-monopolista do Grupo Philips, ressaltamos a importância de nossa união.

Miguel Rupp - presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Nota do Editor: Devido à extensão da carta, tivemos de resumí-la.

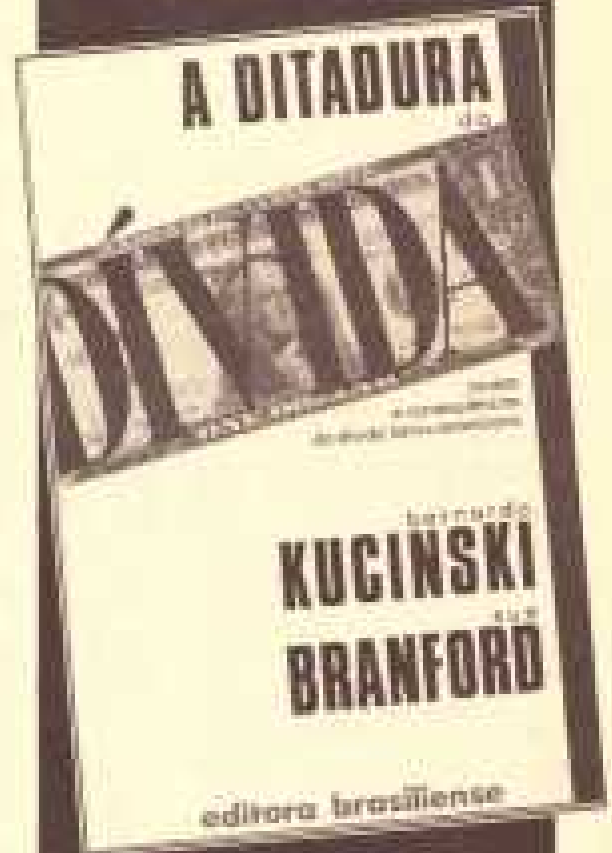
Para aumentar a tarimba dos militantes...

Lendo o Boletim Nacional n.º 23, de novembro de 86, gostei das idéias lançadas para debate pelo Pedro Pontual. Senti que as preocupações expostas são as mesmas nossas.

O PT em Anápolis é um partido que vem crescendo a todo momento, tanto entre os trabalhadores do campo quanto entre os da cidade, e isto vem exigindo a busca de uma metodologia para a formação política de nossos militantes. Precisamos treinar e capacitar nossos militantes para uma intervenção mais eficaz nos movimentos e lutas diárias do nosso povo trabalhador. É preciso democratizar os conhecimentos e experiências, fazer com que todo o partido tenha acesso a todo tipo de informação, evitando que discursos bonitos, preenchidos integralmente por idéias copiadas de alguns livros, façam com que nossos militantes sejam seduzidos.

Observamos que, às vezes, nossos militantes são presas fáceis para certos doutrinadores e, na maioria das vezes, o partido não tem condições de fazer alguma coisa. Já ouvi militante dizendo por aí que: "Conscientizar é fazer com que os outros falem e ajam como nós (eu)...". Ou seja, só é consciente se fizer o que eu faço.

A dívida das ditaduras



É honesto pagar uma dívida contraída por regimes autoritários e mantida por mecanismos impostos pelo FMI e taxas de juros imprevisíveis?

É legal pagá-la com o fechamento de fábricas, com o desemprego generalizado, com o aumento da inflação e com a miséria dos trabalhadores?

Saiba como a América Latina pagou, entre 1981 e 1985, aos países industrializados, 133 bilhões de dólares sem reduzir o valor principal da dívida.

A Dívida das Ditaduras, de Bernardo Kucinski e Sue Brandford, está a venda na Sede Nacional, com 10% de desconto (Cz\$ 190,00). Não deixe de ler.



Na campanha eleitoral de 1986, o candidato a deputado federal pelo PT-GO Luiz Antonio, deu um passo firme para se tentar sanar esse problema. Utilizando-se da cibernética social, deu-se início a uma série de treinamentos aos grupos de apoio e pessoas envolvidas na campanha. O treinamento era realizado em 3 fases:

- 1.ª Fase - Filosofia Política do PT
- 2.ª Fase - Técnicas de Abordagem
- 3.ª Fase - Formação de Treinadores

Concluída a 3.ª Fase, o militante que já tivesse realizado as outras duas se tornava um novo treinador e passava a dar treinamentos em seu local de militância.

O período da campanha foi muito curto e estimamos que passaram pela 1.ª Fase do treinamento aproximadamente 2.000 pessoas em todo o Estado de Goiás.

A metodologia é única, desenvolvida pelo sociólogo e professor Waldemar de Gregori, visando um maior desenvolvimento intelectual e conseqüentemente um melhor aproveitamento de seu potencial.

O treinamento é realizado de acordo com a prática e vivência políticas do treinador, sendo todo o conteúdo retirado de sua experiência como militante dos diversos movimentos sociais, econômicos e políticos.

O PT está crescendo e nossos militantes têm de acompanhar esse crescimento. Os companheiros que estão chegando têm de tomar um maior contato com o partido, se formar politicamente. Temos de estar preparados para que o amanhã ou depois, ao assumirmos um governo municipal ou estadual ou algum cargo legislativo, tenhamos condições de fazer um bom trabalho, coerente com a nossa proposta, voltado totalmente

para a organização e a emancipação dos trabalhadores.

Carlos Lima - membro do Diretório Municipal do PT-Anápolis

Nota do Editor: Devido ao tamanho da carta, publicamos um resumo.

A Raposa e o Galinheiro: por uma poética do Cruzado

Pelo Brasil inteiro em 86
O que adiantou meu irmão?
José Sarney no Maranhão
A sua seleção econômica
Prometeram tudo a Nova República
Quando lançaram o pacote
O povo ouviu muita falação
Você falou no rádio e na televisão
Brasileiros, está tudo congelado
Não vai faltar nada
Acabou-se a inflação
Pois Brasil em 86
José Sarney, muita gente sabia,
Que só acabar com o cruzado
Criar um novo dinheiro
E não fazer a Reforma Agrária
Não acabar com a burocracia
Não prender os latifundiários e grileiros
Não baixar os lucros dos banqueiros
Não botar ordem dentro de casa
É o mesmo que soltar a raposa
Dentro do galinheiro

Xinabyba, poeta popular e membro do Movimento Conservacionista Teresopolitano em Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. Teresópolis, RJ.

Prezado amigo,

Eu peço para vocês que continuem muito firmes na luta pelo pedaço de chão, que é direito dos trabalhadores que são da terra e que tiram a alimentação de todas as famílias do País inteiro. Vou terminar com um forte abraço para vocês e um aperto de mão para você, amigo da luta.

José Luzinário dos Santos
Graccho Cardoso, SE

Um jornal para o PT

Preocupado com a falta de informações oficiais para os militantes e para a sociedade permitindo que haja exclusividade na divulgação pelos meios de comunicação do pensamento burguês, sobre o processo histórico e até mesmo sobre o PT, faço as seguintes propostas, para que sejam apreciadas e que o partido seja alertado da gravidade do problema.

- 1 - Criação de um jornal semanal de circulação para ser vendido nas bancas, como os demais (Folha de S. Paulo, O Globo etc.), para informar a população brasileira das posições do PT com relação aos acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais.
- 2 - Manutenção do Boletim Nacional

como órgão de debate entre as diversas correntes, tendo em vista o processo de definição ideológica do PT, satisfazendo assim todas as tendências, evitando diversas publicações paralelas, sem confrontar as opiniões divergentes.

3 - Agilizar a distribuição do nosso jornal, para que seja pontual, bem como do BN, que tem atrasado espantosamente, reconhecendo as dificuldades que levaram a esses atrasos, segundo justificativa espantosa, ao ponto de estarmos em meados de fevereiro e os militantes do PT não terem recebido o Boletim de dezembro, com as posições do partido com relação aos principais acontecimentos de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro (finalização da cobertura das eleições de novembro, saída de Maria Luiza Fontenele do PT, recebimento de dinheiro dos coronéis pelo Diretório Regional-CE, plano cruzado III, greve geral, pacto social, Constituinte etc.). Depois destas citações dá para sentir a gravidade do problema, não é??

Temos de resolver estes problemas para que os trabalhadores não tomem conhecimento somente da concepção do progresso histórico de Roberto Marinho - José Sarney.

Esperando que minha preocupação seja também dos demais petistas, principalmente da Direção Nacional, aguardo apreciação o mais urgente possível.

Vilmar Q. Menezes
Cuiabá (MT)

A estrela no Piauí

Recebemos o Boletim oPTei dos companheiros de Parnaíba, Piauí, de onde transcrevemos o artigo abaixo:

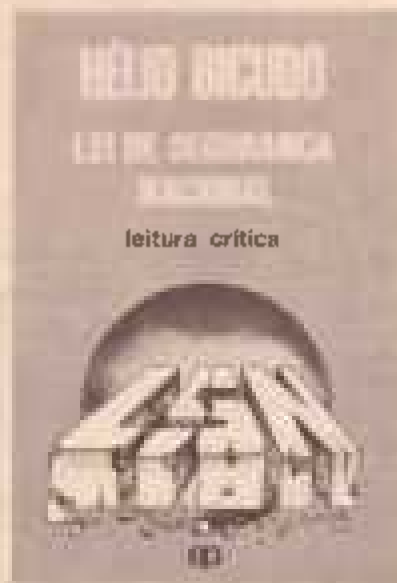
Os moradores do bairro Santa Luzia desde muito cedo aprenderam a não se curvar diante das opressões e injustiças. Dia 11 de janeiro passado, aquela comunidade travou sua mais ardente luta, combatendo um dos mais cruéis inimigos: o grileiro. A luta pelo direito à moradia data do tempo em que o bairro começou a ser povoado. Os conflitos são intensos sob o patrocínio dos srs. José Nelson de Carvalho Pires e Zéborges. Grande maioria dos moradores eram habitantes da zona rural e vieram para a cidade expulsos pelo latifundiário.

Contra os abusos os moradores resolveram dar um basta: cortaram arames e derrubaram cercas, implantadas, arbitrariamente, pelos que se dizem proprietários daquelas terras.

Os moradores, filiados à sua Associação, afirmam que a luta pelo direito à terra e à moradia não chegou ao seu final; apenas começou.

São reivindicações da Associação de moradores:

1. Desapropriação, por interesse social, das terras particulares, do Estado ou da União, em área residencial e/ou de conflitos;
2. Levantamento completo das terras públicas situadas no município de Parnaíba;



LSN

A lei do mais forte

Depois da reforma da LSN e frente à elaboração da nova Carta Constituinte, essa é uma leitura indispensável. O livro LSN, de Hélio Bicudo, está à venda na Sede Nacional por apenas Cz\$ 15,00. Conheça as origens da LSN e saiba por que é necessário abolir esta aberração dos princípios de justiça.



3. Imediata titulação dos moradores residentes em áreas públicas.
Comissão Executiva Municipal do PT de Parnaíba

CUIDADO



Este cidadão, que se apresenta costumadamente sob o nome de Miguel Angel Ramirez, se diz nicaraguense, sandinista, e se aproveita da boa-fé e simpatia do povo brasileiro à Revolução Sandinista para levantar fundos para uso pessoal.

Já praticou furtos. Tal prática vem sendo denunciada, como alerta, neste Boletim.

No número anterior (n.º 25), chamamos a atenção dos petistas, para o tal Dr. Jorge Ramon Carrasco" que intitulando-se, argentino ou nicaraguense, membro da FSLN sob o nome de Comandante Nenuhuco, vem iludindo militantes petistas e membros de comunidades de base, "arrecadando fundos".

Pedimos a todos muito cuidado com os falsos sandinistas. Em caso de dúvidas comuniquem-se com a Secretaria de Relações Internacionais, na Sede Nacional do PT.

Calamidade ou negligência?

Dezenas de mortos e feridos, mais de cinquenta casas desabadas, milhares de desabrigados, a cidade de Franco da Rocha, cortada ao meio pelas águas que submergiram todo o centro administrativo e comercial do município, sem luz e telefone durante dois dias e isolada do resto do Estado por falta de transporte durante dez dias. Esse é o desolador quadro da região de Franco da Rocha, Mairiporã, Francisco Morato e Caieiras, que com a evasão das águas ainda permanece sujeita às doenças provenientes da enchente, do barro e da lama que se instalaram na parte baixa das cidades, e, o que é pior, na expectativa dos prejuízos humanos e materiais que novas chuvas possam trazer.

Na verdade, as enchentes só fizeram tornar mais evidentes os graves problemas dessa região, em sua maioria advindos do descaso e omissão dos governos municipal e estadual que permitem uma irresponsável ocupação do solo, ditada pelos interesses financeiros dos donos da terra. Após a enchente, os governos demonstraram mais uma vez essa irresponsabilidade, despreparo, falta de condições materiais e de articulação entre seus di-

versos órgãos e, o mais grave, nenhuma definição. Até hoje, mais de quinze dias do ocorrido, não sabem o que fazer com os milhares de pessoas desabrigadas que perderam suas casas, seus bens, em alguns casos as próprias vidas ou de pessoas da família, e que não têm para onde ir, já que a maioria das casas estão sem condições de ser habitadas.

Mais uma vez, o governo do estado e a prefeitura tentam se desfazer do problema, erradicando-o de suas vistas, e até dando maior peso a prejuízos materiais de grandes empresas (caso da Prefeitura de Caieiras, preocupado com, os danos sofridos pela Cia. Melhoramentos) que às centenas de milhares de pessoas que habitam várzeas e encostas sujeitas a desabamento e inundações, algumas loteadas criminosamente, sob o beneplácito das autoridades.

Foi a mais dramática, mas não foi a primeira situação desse tipo enfrentada pelos trabalhadores desses municípios. E por isso não se admite que ainda não se disponha de um esquema emergencial de socorro das populações atingidas. Durante 48 horas, até que a defesa civil do estado e outras comunidades se solidarizassem, a população ficou abandonada à própria sorte. Não se pode admitir também que o estado tenha protelado até agora - e não se sabe até quando - os investimentos necessários a normalizar o leito do rio Juqueri e afluentes, efetuar desapropriações nas áreas de maior risco e dar um basta ao gravíssimo problema. Todas essas cidades convivem há muitos anos com um agudíssimo processo de especulação imobiliária, com a abertura de loteamentos irregulares e clandestinos, alguns criminosos, com a convivência das prefeituras que não só os permitem e aprovam, como também realizam barganhas espúrias que permitem aos loteadores o não-cumprimento das obras de infra-estrutura prevista em Lei. Assim, são loteadas áreas de encostas acentuadas, colocando em extremo risco a vida dos trabalhadores que, expulsos da capital pelo alto custo dos aluguéis, investem o pouco que conseguiram amearhar em suas vidas na construção de morádias precárias, muitas vezes inclusive sem qualquer título de propriedade. E são esses loteamentos que causam o assoreamento dos rios pelo contínuo processo de erosão que arrasta consigo casas e barracos de trabalhadores.

O maior dos absurdos, no entanto, é que, além de não agirem, as autoridades reagem brutalmente às tentativas da população organizada de lhe cobrar seus direitos. No dia 7 de fevereiro, uma Comissão de Desabrigados, acompanhados da Deputada do PT Luiza Erundina, foi à casa do prefeito de Franco da Rocha, Emílio Hernandes, discutir as possíveis soluções para seu problema imediato e levar algumas sugestões. Exaltado, o prefeito não quis ouvir os desabrigados ou a deputada, e, de revólver em punho, juntamente com um de seus filhos, expulsou as pessoas de sua casa, ameaçando de morte diversos líderes e um jornalista presente, que, por incrível que possa parecer, foram salvos pela providencial chegada da polícia. Com esse tipo de comportamento, o prefeito mostrou seu inteiro despreparo para enfrentar sequer as situações mais corriqueiras da vida de alguém que se propõe a dirigir os destinos de uma comunidade.

PT - Franco da Rocha

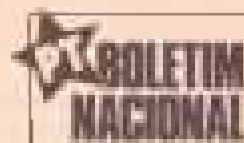


FIDEL E A RELIGIÃO

Entrevistas de Fidel Castro a Frei Betto

Ainda há exemplares do livro *Fidel e a Religião*, à venda na Sede Nacional por Cz\$ 60,00 (incluindo despesas de correio). Mande seu cheque para Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP - e garanta o seu (não trabalhamos com reembolso postal).

ASSINE



Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

Anual - Cz\$ 40,00
Bianual - Cz\$ 60,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - BOLETIM NACIONAL - AV. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP



N.º 28 - Abril de 1983

Órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 - São Paulo/SP - fone 675-2299

Editor: Bernardo Kucinski
Editor Adjunto: Flávio Aguiar
Secretaria de Redação e Produção: Marisa Lourenço
Distribuição: Edson Kawabata
Diagramação: José Ramos Neto
Revisão: Marta Magnani
Composição Frotado e Impressão: DCI
Tiragem: 20 mil exemplares

Ganha menos, trabalha mais, é a primeira a perder o emprego e a última a ser eleita para uma Constituinte.

MULHER

Dia 8 de março foi o Dia Internacional da Mulher. Engraçado que não há o dia internacional do homem. Se refletirmos bem por que, chegaremos logo à conclusão: só se pensou em criar o dia da mulher porque ela está numa pior, em grande desvantagem em relação ao homem, no Brasil e no mundo. E não será fácil modificar o atual quadro.

Basta observar que na Constituinte, apesar do esforço realizado por grande número de mulheres e movimentos organizados, estão apenas 26 mulheres dentre 487 deputados federais e 72 senadores.

O PT deu uma contribuição, pois temos duas parlamentares, Irma Passoni (SP) e Benedita da Silva (RJ), numa bancada de 16 deputados federais, ainda que bem aquém do que seria de se esperar em termos da participação da mulher.

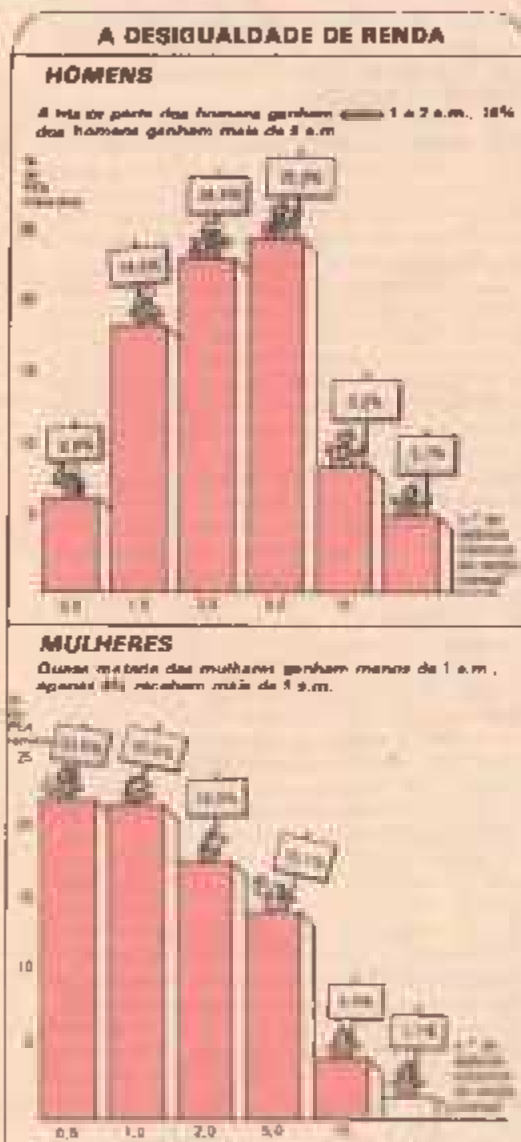
Como assegurar maior igualdade de oportunidades e de direitos entre as pessoas de diferentes sexos, ainda mais distante das desigualdades típicas da sociedade paulista e dos fatores discriminatórios presentes no Brasil como a raça e a idade?



A participação da mulher na população economicamente ativa (PEA), isto é, aquela que está voltada para o mercado de trabalho, incluindo as pessoas que são empregadoras e que trabalham por conta própria, vem aumentando significativamente nas últimas décadas. Passou de 13,6% em 1950, para 27,4%, em 1980; e atingiu 33,1% em 1984. Neste ano, segundo o IBGE, a população economicamente ativa era de 52.443.112 pessoas, das quais 35.084.825 homens e 17.358.287 mulheres.

Do total da população masculina de dez anos ou mais, 74,6% eram economicamente ativos, proporção que cai para 35,6% entre as mulheres. Note-se que muitas mulheres trabalham em casa, em serviços domésticos ou no cuidado e educação de seus filhos ou irmãos menores, porém só são consideradas como economicamente ativas quando exercem tal atividade por alguma remuneração, como no caso das empregadas domésticas.

Dentre as mulheres economicamente ativas, em 1984, 19,1% exerciam atividades no setor primário (agropecuária, produção extrativa vegetal e animal, como a pesca), 11,8% no setor secundário (indústria de transformação, de construção e outras) e 69,1% no setor terciário (comércio, serviços, transportes, comunicações, administração pública). Há de salientar que um grande nú-



mero de mulheres, das mais variadas profissões, além de trabalharem na roça, ou como professoras, secretárias, balconistas ou médicas, realizam também uma segunda jornada de trabalho, não remunerada, em serviços caseiros ou como mães, em especial quando os maridos não dividem as funções domésticas com equidade, comportamento frequente de militantes políticos, dos partidos mais reacionários aos mais progressistas, incluindo o PT.



Em 1984, o Brasil continuava a apresentar dados de flagrante desigualdade, pois os 50% mais pobres recebiam apenas 13,6% do rendimento total, praticamente a mesma

parcela apropriada pelos 1% mais ricos da população economicamente ativa (13,4%). A desvantagem para as mulheres era evidente: quase 1/4 da PEA feminina (23,5%) ganhava meio salário mínimo ou menos. Outros 18,9% ganhavam de um a dois salários mínimos. Somente 4,4% recebiam de 5 a 10 salários mínimos e apenas 1,7% ganhavam mais de 10 salários mínimos. Não tinham nenhum rendimento 13,2% da PEA feminina. Já dentro a PEA masculina, no mesmo ano, a situação era bem diferente: apenas 6,8% ganhava até meio salário mínimo, e no outro extremo 9,3% ganhavam mais de 5 a 10 salários mínimos; 5,7% mais de 10 salários mínimos. Havia 8,0% sem rendimento.

A proporção maior de mulheres (13,2%) do que de homens (8,0%) sem rendimento na PEA indica que as primeiras estão mais sujeitas ao desemprego. Isto é confirmado pelas taxas de desemprego calculadas na Grande São Paulo pelo DIEESE e Fundação Seade: de outubro a dezembro de 1986, quando a taxa de desemprego atingia 7,3% da população economicamente ativa, ela era de 6,0% entre os homens e de 9,2% entre as mulheres. No mesmo período de 1985 o desemprego atingia 7,9% entre os homens e 12,8% entre as mulheres.



Em números absolutos, em que pese a PEA feminina ser cerca da metade da masculina, o número de mulheres ganhando até meio salário mínimo (3.889.700) era maior do que o de homens (2.301.200). Já do outro lado do espectro, na faixa de 5 a 10 salários mínimos, havia quatro vezes mais homens do que mulheres e na faixa de mais de 10 salários mínimos, quase sete vezes mais homens do que mulheres.

O desafio de criarmos instituições e de desenvolvermos valores e atitudes que garantam efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres é na verdade de todos nós. O PT, por seu turno, ainda está longe de dar o exemplo devido nesta questão. Em que pese termos eleito algumas parlamentares, as duas federais já citadas e seis deputados estaduais, Luiza Erundina de Souza, Telma de Souza e Clara Ant em São Paulo, Sandra Starling em Minas Gerais, Lúcia Arruda no Rio de Janeiro e Luci Choinaski em Santa Catarina, não temos uma mulher sequer atualmente na executiva nacional de 20 componentes e há apenas 4 mulheres dentre os 83 membros do Diretório Nacional.

Eduardo M. Suplicy